

14/11/2024 12:28 - Três deputados assinam em favor do andamento da PEC 6 X 1



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou para acabar com a escala de trabalho 6X1 tomou conta das redes, após a pressão social, três dos oito deputados de Rondônia assinaram em favor do andamento da proposta.

As assinaturas chegaram quando o protocolo já havia recebido o mínimo exigido para começar a andar no Congresso Nacional. Esse número é de 171 assinaturas.

Para ser aprovada, a PEC precisa do voto de 308 dos 513 parlamentares, em dois turnos de votação.

Deputados Federais de Rondônia que já assinaram:

Fernando Máximo (União Brasil)

Maurício Carvalho (União Brasil)

Cristiane Lopes (União Brasil)

Deputados Federais de Rondônia que não assinaram:

Sílvia Cristina (PL)

Lúcio Mosquini (MDB)

Coronel Crisóstomo (PL)

Thiago Flores (Republicanos)

Lebrão (União Brasil)

A PEC propõe que a jornada de trabalho não ultrapasse oito horas diárias e 36 horas semanais, para reduzir a sobrecarga dos trabalhadores que sofrem com o regime 6x1, ou seja, funcionários que trabalham seis dias por semana e folgam apenas um.

O que diz o texto?

O documento proposto pela deputada “dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil”.

Confira, a seguir, a nova redação prevista pelo texto de Hilton:

- Art. 7º, inciso XIII: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

Justificativa

Erika Hilton argumenta que a “proposta à Constituição Federal reflete um movimento global em direção a modelos de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho e às demandas por melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares”.

“A medida proposta nesta Lei alinha-se aos princípios de justiça social e desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio entre as necessidades econômicas das empresas e o direito dos trabalhadores a uma vida digna e a condições de trabalho que favoreçam sua saúde e bem-estar”, justificou a deputada no documento.

Fonte: Redação Notícias RO

Notícias RO